



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 005

**O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO**

**Franz Josef Brüzeke**

**Belém, Maio de 1993**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Marcos Ximenes Ponte

### **Vice-reitor**

Zélia Amador de Deus

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Francisco de Assis Costa

### **Diretor Adjunto**

Tereza Ximenes Ponte

## **Conselho editorial do NAEA**

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marilia Emmi

## **Setor de Editoração**

E-mail: [editora\\_nea@ufpa.br](mailto:editora_nea@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_nea@ufpa.br](mailto:Papers_nea@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 005

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO

---

*Franz Josef Brüzeke*

## **Resumo:**

O presente artigo mostra como o Brasil participou de forma decisiva, enquanto Estado Nacional, no processo de industrialização, prática que foi preparada e cientificamente acompanhada pela teoria do nacional-desenvolvimentismo. No caso do Brasil, percebem-se com nitidez os problemas característicos da industrialização induzida pelo estado, devido à integração quase bem sucedida deste país no grupo dos países industrializados, e à crise profunda dessa integração nos últimos quinze anos. Estudos sobre a crise da modernização industrial encontram no Brasil e, principalmente na Amazônia brasileira, um objeto de estudo de extrema importância.

**Palavras-chave:** Nacional-Desenvolvimento. Industrialização do Brasil. Amazônia.

## Introdução

O processo de industrialização no Brasil foi tematizado, até hoje, principalmente, dentro de um contexto teórico acrítico ao processo como tal. Uma variedade de trabalhos surgiu desde o início dos anos cinqüenta, tanto na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), e na sua área de influência intelectual, quanto no contexto da teoria da dependência.

O Brasil participou de forma decisiva no processo de industrialização; prática que foi preparada e cientificamente acompanhada pela teoria do 'nacional-desenvolvimentismo'. No caso do Brasil, percebem-se com nitidez os problemas característicos da industrialização induzida pelo Estado, devido à integração quase bem sucedida deste país no grupo dos países industrializados, e à crise profunda dessa integração nos últimos quinze anos. Estudos sobre a crise da modernização industrial encontram no Brasil e, principalmente, na Amazônia brasileira, um objeto de estudo de extrema importância.

O desenvolvimento industrial sob o comando do Estado coloca sempre uma questão básica: o problema de manobrar o processo de acumulação de capital 'de fora,' i.e., do espaço não-econômico. Os cálculos não-econômicos podem ser indiferentes ou contribuintes à acumulação, mas podem levar também - e aí está o problema - a graves perturbações do processo de valorização do valor. O último caso é mais provável na medida em que a intervenção do Estado ultrapassa a função de um mero mecanismo regulador dentro de uma economia de mercado. Criar economias nacionais inteiras do 'nada', somente na base da vontade política, é um empreendimento tão gigantesco que normalmente só classes políticas altamente ideologizadas tinham "coragem" de tocar para frente. As tentativas real-socialistas do século vinte são exemplos do desenvolvimento politicamente induzidos e dos seus problemas (ROBERT KURZ, 1991). Também países que fizeram - segundo as categorias do pós-guerra (1945-1989) - parte do 'oeste livre'e orientados para uma economia de mercado tentaram construir potências industriais com participação decisiva do Estado. Em muitos desses casos, o aspecto material da produção industrial foi realizado, ou seja, que de fato o objetivo da construção material da produção industrial foi alcançado, pois a relação com os países economicamente mais desenvolvidos não mudou. Porque não? Porque a industrialização acontece no ambiente de concorrência, o que significa que também os atratores metropolitanos usam o tempo, modernizam-se também quando uma nova concorrência aparece no horizonte. E eles são então relativamente 'mais modernos' na hora quando o país 'em desenvolvimento' alcança o nível de produtividade de anteontem da metrópole. A industrialização tardia nas condições da economia de mercado que domina globalmente está submetida à lógica de acumulação do capital. A intervenção estatal a serviço da industrialização segue uma outra lógica como, por exemplo, o desejo de uma elite política de 'desenvolver' economicamente o próprio país. Esse desejo apoia-se nas análises da realidade econômica e política e na avaliação específica dos

resultados dessa análise. Por isso, a industrialização tardia está sendo acompanhada por uma elaboração de estratégias que orientam e dão impulso ao desenvolvimento econômico-político.

No Brasil, cristalizou-se, precedendo e acompanhando o processo de industrialização, uma teoria econômico-política que nós podemos chamar de *nacional-desenvolvimentismo*.

Inúmeros autores contribuíram para essa estratégia do desenvolvimento a tentaram realizá-la na prática. Um entendimento do processo de industrialização tardia na Amazônia exige a análise desse tipo de estratégia desenvolvimentista, pois ela foi o ponto de partida dos processos transformadores na região. Porém algumas reflexões seguindo o processo histórico são fundamentais.

A crise da Economia mundial, que culminou no ano de 1929, não conduziu para o desmoronamento econômico do capitalismo, pois ela demonstrou aos economistas de forma clara que somente as forças do mercado não são capazes de regular a altamente complexa sociedade industrial. A função do Estado no processo econômico exigiu uma reflexão de forma nova; nesse processo da reformulação teórica, John Maynard Keynes (KEYNES, 1936) tornou-se um dos economistas mundialmente mais importantes e influenciou também a teoria econômica brasileira dos anos quarenta e cinquenta.

Com Keynes estão sendo colocados os fundamentos do intervencionismo estatal que se opôs como alternativa ao liberalismo clássico. No Brasil refletiu-se essa contradição teórica numa disputa entre Roberto Simonsen (SIMONSEN, 1945), Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo e o professor de economia Eugênio Gudín (GUDIN, 1978). Roberto Simonsen, empresário, defendeu o intervencionismo e Gudín que além do magistério dirigiu também algumas empresas estrangeiras, defendeu o liberalismo. No conflito entre Simonsen e Gudín expressou-se uma contradição pouca teórica: a contradição entre as camadas sociais interessadas na modernização urbano-industrial que exigiram proteção estatal contra a concorrência estrangeira e apoio com medidas infraestruturais, e do outro lado as oligarquias tradicionais, dominando o setor agrário, junto com a burguesia comercial reivindicavam a livre importação e exportação. A disputa sobre 'intervenção estatal sim ou não' tinha então uma base sólida de interesses econômicos. Porém o ataque teórico dos industriais, representado por Simonsen foi bastante tímido; se restringiu de antemão a uma proposta de conciliação entre os interesses econômicos e, não tocou na questão das instituições políticas. Falar sobre intervenção estatal e calar-se sobre a regulação do poder político, mostra ou miopia na área da teoria econômica ou 'prudência política' cedendo o poder real. De qualquer forma política de interesses 'burgueses' apontando a industrialização do Brasil, era em comparação com os agroexportadores agindo menos hesitante, fraco demais para alcançar sucesso imediato. Casa houvesse existido um empresariado forte - como na Inglaterra no século dezanove o apoio do Estado não seria chamado. Então Simonsen queria do Estado essencialmente o seguinte:

- a. uma política favorecendo a industrialização;

- b. um planejamento econômico abrangente para a valorização, ' dos recursos naturais;
- c. melhoria da infra-estrutura (transporte, energia etc.);
- d. o que parece essencial, proteção contra a concorrência estrangeira.

Sobre esse último ponto Simonsen colocou: “Não será concebível que, enquanto a país desenvolvesse um formidável esforço no sentido de montar seu equipamento econômico, fosse ele, em pleno período construtivo, perturbado pela concorrência da produção em massa, de origem alienígena” (SIMONSEN, 1978:33).

A teoria (do intervencionismo estatal como motor do desenvolvimento industrial modificou-se no Brasil, de uma mera teoria econômica para uma ideologia política ganhando espaço num setor decisivo: o militar. A falta de partidos fortes, i.e., bem organizados, programaticamente autênticos, e enraizados na população, fortaleceu ainda mais o papel dos militares, em termos ideológicos e organizacionais (STEPAN, 1971 e 1973).

As características organizacionais do exército moderno correspondem, fundamentalmente, com as do sistema fabril; uma afinidade entre a ideologia militar e a ideologia, industrial não existe por acaso, mas deriva-se da mesma racionalidade básica (que estrutura estes dois fenômenos sociais. A organização militar medida com critérios éticos ou políticos pode ser julgada como retrógrada, mas ela alcançou uma função modernizadora nessas sociedades, onde a industrialização não podia ser impulsionada por uma classe burguesa forte. A afinidade entre militarismo e industrialismo é exatamente o segredo das ditaduras inclusive as suas variantes real-socialistas. A tentativa de organizar militarmente a industrialização é a tentativa de fazer a lógica específica da organização social útil para o cálculo econômico. O 'discurso der 1944' do Presidente Vargas mostra como o governo brasileiro já deixou se influenciar pela teoria do desenvolvimento através da intervenção estatal. Vargas diz: “Só as mentalidades impermeáveis aos ensinamentos dos fatos podem acreditar ainda na validade dos princípios do 'laissez-faire' econômico e nos seus colorários políticos. O livre jogo das forças sociais, no estágio de evolução a que atingimos, é anarquia pura e simples Esta verdade cabalmente confirmada pelas punições da guerra às grandes potências mundiais, torna-se maior evidência em relação aos povos como o nosso, em plena fase de crescimento e expansão” (VARGAS, 1978: 157).

Nos meados dos anos trinta e quarenta, a elite social política do Brasil já era dividida de forma clara em duas correntes diferentes: uma se apoiando nas camadas urbanas e industriais, defendendo idéias modernistas e praticando uma política populista, e a outra tendo como base o setor agro-exportador e a parte menor do capital industrial, preferindo uma política estática e autoritária (FEDER, 1973). As oligarquias agrárias tradicionais conseguem até hoje bloquear uma reforma Agrária apesar do crescimento do pessoal econômico da fração industrial-urbana incluindo o operariado (RIBEIRO, 1987). Falta de terra parece ser um absurdo num país semicontinental que tem 8 511 965 quilômetros

quadrados e um número de habitantes estimado em torno de 140 milhões. A distribuição da terra fértil seguindo critérios de poder e escassez artificial de pasto e de lavoura. A reforma agrária tinha então até nas campanhas populistas das eleições presidenciais de 1990, um papel extraordinário nos meios de comunicação. Mas voltamos para o surgimento do nacional-desenvolvimentismo e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que tinha função específica em sua elaboração.

A Comissão Econômica para a América Latina foi fundada em fevereiro de 1948 como órgão do ECOSOC (Economic and Social Council) das Nações Unidas. No ano 1950 o primeiro diretor da CEPAL, Raul Prebisch, apresentou um documento que ganhou no contexto de outras publicações posteriores sobre a teoria do desenvolvimento uma função chave. Trata-se do texto 'El Desarrollo Económico de América Latina y algunos de sus Principales Problemas (PREBISCH, 1950). Esta análise das características principais do 'subdesenvolvimento' da América Latina foi preparada nos trabalhos anteriores publicados entre 1932 e 1943 (DI MARCO, 1972). Prebisch apoiou-se nas experiências que ele adquiriu como alto funcionário do Banco Central da Argentina, com o processo de industrialização. Este foi, neste país, em comparação com os outros países da América Latina, na época, o mais avançado. Quais são as causas do 'subdesenvolvimento' da América Latina? E como podem essas causas ser eliminadas? Isto foi a tarefa principal que a ONU tinha dado à CEPAL. E ela deu algumas respostas incômodas: Subdesenvolvimento era para a CEPAL principalmente resultado das estruturas internas dos países subdesenvolvidos. Dessas estruturas fazem parte:

- a) Primeiramente o setor agrário com uma produção orientada pela exportação de bens primários encontrando demanda no mercado mundial;
- b) Falta de interligação entre os setores produtivos;
- c) Baixo grau de organização sindical;
- d) Desenvolvimento desvantajoso dos 'terms of trade'.

Raul Prebisch como um dos primeiros autores colocou em dúvida a tese da qual a maioria dos contemporâneos partiam, que o desenvolvimento técnico e econômico se espalharia de forma automática, intermediado pelas relações internacionais de comércio - sobre a terra. Assim ele questionou a posição formulada por Paul Samuelson, de que a divisão do mundo em regiões com fundamentalmente produção agrária e outras de basicamente produção industrial, trazia para ambos os lados só vantagens (SAMUELSON, 1948). No intercâmbio com os países industrializados os países exportadoras de matéria-prima levariam, segundo Samuelson, até uma vantagem absorvendo o avanço tecnológico dos países industrializados. Os produtos industriais, devido ao crescimento da produtividade se barateariam de forma crescente, ficando assim mais acessíveis aos países exportadores de matéria prima, cujos produtos permaneceriam ainda num nível de preços mais altos por causa da lentidão do crescimento da produtividade neste setor. A especialização, de um lado, na produção dos produtos industriais e por outro lado na produção dos produtos agrícolas significou

assim para Samuelson uma vantagem comparativa para ambos os lados trazendo um impulso do desenvolvimento para os países não-industrializados.

Raül Prebisch então tinha uma posição completamente contrária. Ele escreve: "Embora os centros absorvam todas as vantagens do desenvolvimento técnico das próprias indústrias, transferem os países da periferia uma parte dos frutos do próprio avanço técnica aos centros" (PREBISCH, 1950a:10). Quais são as observações que levavam Prebisch para esse tipo de avaliação? Ele comparou durante longos tempos a relação entre o nível dos preços de produtos dos países industrializados e dos países não-industrializados. Ele afirmou que a relação de intercâmbio entre os dois grupos de produtos se mudou constantemente deixando os países não-industrializados numa desvantagem. Com outras palavras: cada vez mais produtos primários e agrícolas eram necessários para conseguir no mercado mundial o mesmo volume de produtos industrializados.

Este fenômeno observado e interpretado por Prebisch era causado pela baixa elasticidade da demanda nos países não-industrializados baseando-se no poder aquisitivo dos assalariados diante dos produtos industrializados. Além disso, inovações tecnológicas modernizariam, nos países em desenvolvimento, quase com exclusividade, somente o setor exportador embora nos países industrializados o desenvolvimento tecnológico fosse equilibrado. O crescimento da produtividade nos países industrializados que barateia tendencialmente os produtos industriais estão sendo consumido nesses países mesmo, por causa do crescente poder da mão-de-obra. O efeito disso seria que os preços das mercadorias industriais não baixassem. Ao contrário a situação nos países 'em desenvolvimento': a oferta grande de mão de obra pressiona os salários mantendo-os constantemente num nível baixo. A modernização levaria sim, para um crescimento de produtividade, mas não favorecendo o mercado interno por causa da falta da demanda interna e seria passado então para os países industrializados. O desequilíbrio no desenvolvimento dos terms of trade foi sendo interpretado por Prebisch e outros como transferência real de renda (CABER, 1968; PREBISCH, 1970; BÄRTSCHI, 1976).

A CEPAL aconselhou mudar essa situação desfavorável em que se encontravam os países 'periféricos', realizar uma reforma do setor agrário e uma política de apoio ao desenvolvimento industrial. A industrialização deveria ter uma orientação para o mercado interno (e com isso contrabalançar a orientação tradicional da economia periférica para o exterior. Esse tipo de industrialização deveria melhorar os terms of trade e aumentar na renda nacional baseando-se na incorporação das vantagens do desenvolvimento tecnológico. Somente economias nacionais fortes e independentes tinham, segundo a concepção da CEPAL, a capacidade de impulsionar essa mudança estrutural. O Estado Nacional, entendido como centro racional e organizacional da sociedade não deveria somente proteger a economia, mas participar ativamente nos processos econômicos. Do Estado esperava-se a capacidade planejadora para alocar os recursos econômicos, até então mal dirigidos, de forma melhor. Os investimentos na infra-estrutura deveriam criar as condições básicas



para uma industrialização, contando além da intervenção maciça do Estado com os investimentos do setor privado.

Como resolver a questão do financiamento desse processo? A poupança interna era muito baixa para dispor sobre a quantidade de recursos necessários, pois a subcapitalização foi sempre, exatamente, um dos problemas centrais. Então só a mobilização de poupança externa podia ser o viável para financiar o desenvolvimento tardio. Nas concepções da CEPAL dos anos quarenta e cinquenta estão embutidos todos os elementos da industrialização endividada que levou nos anos oitenta alguns países da América Latina a beira da falência (SCHUBERT, 1985). A CEPAL preferiu créditos estatais, mas não exclui o endividamento particular para promover o desenvolvimento tecnológico. Também o investimento direto do capital estrangeiro foi visto como “uma possibilidade, esperava-se assim uma aceleração da taxa do crescimento econômico. Independente desse convite ao capital estrangeiro a participar de forma produtiva ou financiadora na industrialização da América Latina a concepção de desenvolvimento da CEPAL tinha como fundamento uma economia nacional, objetivando a própria independência econômica. O papel forte do Estado Nacional nessa concepção sublinha com nitidez a definição nacional desse caminho do desenvolvimento industrial, relacionando de forma concorrente com outras economias nacionais em busca de uma posição vantajosa no mercado mundial. Podemos dizer que a CEPAL propôs consciente ou inconscientemente repetir o tipo de desenvolvimento industrial praticado pelos países europeus no século dezenove que foi - como no caso da Inglaterra - caracterizado pelo protecionismo estatal (SENGHAAS, 1982). Assim essa concepção dividiu também as lacunas e riscos de uma política de industrialização nacional (ista). Isso não é uma mera anotação sem importância como mostra a história recente dos Estados da América Latina. Em certas fases históricas, na maioria dos casos, ligou-se nestes países um populismo nacionalista com 'ditaduras do desenvolvimento' dirigidas pelas militares. A economia brasileira ganhou uma aceleração forte na direção da modernização industrial justamente na primeira fase da ditadura militar (até 1974).

O conceito do desenvolvimento auto centrado tem que levar em consideração as implicações ideológicas do próprio conceito - diferentes de país para país - de maneira a não promover interpretações nacionalistas das causas e das perspectivas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. O nacional-desenvolvimentismo da CEPAL é caracterizado pelo fato de que ele entende uma economia nacional quase como um coletivo. Embora a CEPAL tenha uma percepção analítica dos grandes setores da economia (setor agrário, industrial, de serviços) e dos desequilíbrios entre eles, interpretado como uma das causas centrais do subdesenvolvimento, a especificidade da situação sócio-econômica dos grupos sociais e os interesses diferentes deles desaparecem na visão da CEPAL atrás do conceito do interesse nacional. Essa visão partiu da convicção de que o desenvolvimento industrial seja uma vantagem para todos os membros da sociedade. Contrariando essas idéias o desenvolvimento real demonstrou que a distribuição da renda não foi nivelada no

processo da modernização. O desenvolvimento do poder aquisitivo do salário mínimo brasileiro desde a sua introdução indica que a situação das camadas mais baixas dos assalariados, ao invés de melhorar, piorou.

Discutindo as idéias da CEPAL, desenvolveu-se no Brasil uma teoria do desenvolvimento própria que tinha uma visão positiva do projeto da industrialização. Desta maneira absorveram e desenvolveram a idéia de industrialização de substituição das importações: Celso Furtado (1961 etc.), Ignácio Rangel (1978) e Maria da Conceição Tavares, inclusive os críticos da CEPAL como Enzo Falletto, Fernando H. Cardoso (1964 etc.) e Francisco Oliveira (1975) reconheceram a contribuição da CEPAL para a teoria do desenvolvimento na América Latina e no Brasil.

Jaguaribe, durante uma certa fase líder intelectual do ISEB, adotou a tese da CEPAL da elasticidade limitada dos países periféricos e o escreveu sobre a situação brasileira: "O efeito restritivo no mercado doméstico é (...) da maior importância. 50 % do país, representado por camponeses vivendo em regime de subsistência estão, portanto, automaticamente excluídos do mercado consumidor da indústria doméstica. O fato de que metade dos outros 50 %, ganhando o salário mínimo, são pagos praticamente apenas o suficiente para aquisição de alimentos, impõe uma limitação adicional ao mercado. Apenas uma quarta parte dos brasileiros, portanto, constitui os reais consumidores da produção industrial doméstica. Esta é a razão pela qual a indústria brasileira, tão facilmente afetada pela demanda insuficiente, é incapaz de se beneficiar das poupanças de escala proporcionada pela tecnologia moderna, sendo, muito ao inverso oneradas pelos seus custos fixos" (JAGUARIBE, 1969: 204)

As lacunas principais da economia brasileira são, segundo Jaguaribe, a falta da demanda interna por um lado, e, por outro, as restrições da produção agrária que não atende a demanda nos centros urbanos, levando para uma elevação dos preços destes produtos e restringindo o volume do consumo dos bens industriais. Ele e o ISEB favoreceram o desenvolvimento de um capitalismo nacional com a classe empresarial e a burguesia nacional como chaves, embora sob direção geral do Estado. As contradições sociais desapareceram para Jaguaribe e para uma boa parte dos cientistas do ISEB atrás de uma corrente progressista abrangendo a maioria da sociedade. Essa maioria tinha como interesse comum a modernização e a industrialização da economia brasileira. Isto foi formulado desta maneira: "... os setores dominantes de todas as classes sociais têm os mesmos interesses situacionais (transformação social) e estes interesses situacionais, por sua vez, coincidem com as necessidades objetivas de todo o país (a expansão das forças materiais de produção)" (Jaguaribe cit. por Toledo, 1977:42).

A conclusão política da postulação de interesses comuns dos grupos econômicos principais da sociedade brasileira, com exceção da 'burguesia latifundista', da 'burguesia comercial, urbana' e da 'pequena burguesia radical' só podia ser o populismo. Pois, não os interesses sociais, mas o interesse

no progresso industrial transformou-se no decisivo deixando as contradições econômicas dentro das 'massas progressistas' ao lado. Se o empresariado industrial está sendo percebido como centro da dinâmica do progresso social, é óbvio que a ideologia política clássica das sociedades industriais européias, social democrata, não tinha nenhuma chance de ganhar força. E junto com a falta de uma ideologia da defesa dos interesses sociais contra o capital, dificulta-se necessariamente a organização prática dela na forma de partidos políticos, por um lado, e do movimento sindical, por outro.

A ideologia do nacional-desenvolvimentismo paralisou o desdobramento das contradições sociais e econômicas dentro da cultura política brasileira de forma institucionalizada. Ela esqueceu que a elasticidade de renda nos países industrializados é o resultado de uma luta principalmente sindical e partidária do operariado contra o interesse do capital singular de manter o nível dos salários baixo. O que aparece posteriormente como racionalidade do sistema capitalista - colocar a disposição uma demanda interna solvente - foi na verdade conseguido num conflito de interesses permanente entre a empresa particular e seus assalariados. O empresário tem sim um interesse nos salários altos, mas só nos salários altos dos outros empresários que formam a demanda solvente. Guido Mantega resume a perspectiva do ISEB: "Nessa ótica, a contradição principal que caracteriza a sociedade brasileira é a que opõe a nação à antinação, e não a contradição capital-trabalho, que dividiria a sociedade em termos de classes sociais" (MANTEGA, 1990:60).

O golpe militar de 1964 apagou o ISEB e continuou o projeto de industrialização, justificado pelos generais como continuação da modernização e como projeto da sociedade brasileira como um todo. Desde o início dos anos oitenta verifica-se um arrefecimento da discussão teórica sobre desenvolvimento e também da aceitação tanto da doutrina oficial do desenvolvimento quanto da teoria crítica da dependência. Isso deve ter a sua causa por um lado na abertura do regime militar, que acabou finalmente na instalação de um regime presidencialista com legitimação democrática e, por outro lado na integração de uma boa parte da inteligência no processo da reforma, o que levou para uma dominação das exigências do dia-a-dia sobre o pensamento estratégico. Também se diminuiu a força de convicção do nacional-desenvolvimentismo propagado pela CEPAL e seus críticos, frente à crise do endividamento e a crise socioeconômica geral do caminho do desenvolvimento brasileiro. A crítica ecológica ao que se desenvolveu a partir dos anos setenta nos países industrializados tinha até o fim dos anos oitenta pouca influência no Brasil apesar do fato de haver

Surgido estudos de caso sobre impactos ecológicos principalmente na região de São Paulo e em relação com os grandes projetos na Amazônia. A discussão ganhou impulsos através de cientistas estrangeiros pesquisando e publicando no Brasil (como, por exemplo, Flearnside, 1982 e 1988; Bunker, 1985; Altvater, 1987; Kohlhepp, 1976 etc.; Martinez-Allier, 1987 etc.). Mas o que ainda falta é uma reflexão básica das conseqüências para a teoria e a prática do desenvolvimento baseando-se no projeto da industrialização tardia. O vácuo teórico e político que surgiu frente à crise do modelo

brasileiro do desenvolvimento causou a tentativa de ser preenchido freqüentemente pela externalização da culpa (BENCHIMOL, 1985). Também o acompanhamento publicístico bem informado dos acontecimentos na região Amazônica recai freqüentemente num regionalismo não-refletido, culpando o capital estrangeiro e do sul do Brasil por quase todos os problemas da Amazônia (PINTO, 1982 e 1986 etc.).

Uma reflexão sobre as conseqüências da industrialização tardia para a Amazônia tem que se integrar na discussão sobre o mesmo processo no nível nacional. A singularidade do caso da Amazônia não significa a inexistência de múltiplos laços com mudanças estruturais fora da região. Ao contrário: Amazônia recebeu os primeiros impulsos ‘modernistas’ dos centros avançados do próprio país (COSTA, 1992), que por seu lado sofreu na primeira fase da industrialização a influência principalmente de alguns países europeus e dos Estados Unidos.

**Referências:**

- AITVATER, Elmar. (1987) Sachzwang Weltmarkt. Verschuldungskrise, blockierte Industrialisierung, ökologische Gefährdung - der Fall Brasilien. Hamburg
- BENCHIMOL, Samuel. (1966) Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia. Manaus.
- BENCHIMOL, Samuel. (1985) Population change in the Amazon Basin. 44. Congresso Internacional de Americanistas. Manchester.
- BUNKER, Stephen. (1985) Underdeveloping the Amazon. Urbana und Chicago.
- CARDOSO, Fernando H. (1964) Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico. Sao Paulo. Difel.
- FEARNSIDE, Philip M. (1983) Development Alternatives in the Brazilian Amazon: An Ecological Evaluation. In: Interciencia. Mar-Apr Vol.8 n.2, p.65-78.
- FEARNSIDE, Philip M. (1988) O carvão do Carajás. Ciência Hoje. Rio de Janeiro. SBPC. 8(48): 17-21. Nov.88
- FEDER, E. (Ed.) (1973) Agrarstruktur und Unterentwicklung in Lateinamerika. Frankfurt a.M.
- FURTADO, Celso. (1959) A operação Nordeste. ISEB. Rio de Janeiro.
- FURTADO, Celso. (1961) Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura.
- FURTADO, Celso. (1962) A Pré-Revolução Brasileira. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura.
- FURTADO, Celso. (1964) Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura.
- FURTADO, Celso. (1966) Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- FURTADO, Celso. (1967) Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, São Paulo. Cia. Editora Nacional.
- JAGUARIBE, Hélio. (1969) Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- KOHLHEPP, Gerd. (1976) Stand und Problematik der brasilianischen Entwicklungsplanung in Amazonien. In: Amazoniana, Vol.6, Sept. 1976, p.87ff.
- KURZ, Robert (1991). Der kollaps der Modernisierung.
- MANTEGA, Guido. (1990) A Economia Política Brasileira. Petrópolis. Vozes.
- MARTINEZ-Alier, Juan. (1987) Ecological Economics - Environment and Society. Oxford.
- PINTO, Lúcio Flavio, (1982) Carajás - o ataque ao coração da Amazônia. Rio de Janeiro.
- PINTO, Lúcio Flavio. (1986) Jarí. Toda a verdade sobre o projeto Ludwig.
- PREBISCH, Raul. (1950) El Desarrollo Econômico de America Latina y Algunos de sus Principales Problems. Nações Unidas. New York
- RANGEL, Ignácio. (1978) A Inflação Brasileira. São Paulo. Brasiliense.

RIBEIRO, Nelson de F. (1987) Caminhada e esperança da reforma agrária. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

SAMUELSON, Paul A. (1948) International Trade and Equalization of Factor Prices. In: Economic Journal N.58, Juni 1948.

SCHUBERT, Alexander. (1985) Die internationale Verschuldung. Die Dritte Welt und das transnationale Bankensystem. Frankfurt a.M.

SENGHAAS, Dieter.(1977) Weltwirtschaftsordnung und Entwicklungspolitik. Frankfurt a.M.

SIMONSEN, R. (1978) A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira. Rio de Janeiro, IPEA.

STEPAN, Alfred. (1971) The Military in Politics. Princeton.

STEPAN, Alfred. (Ed.) (1973) Authoritarian Brazil. Yale.

TOLEDO, CaioNavarrode. (1977) ISEB: Fábrica de Ideologias. São Paulo. Ática.

VARGAS, Getúlio. (1978) Discurso de 1944. In: A Controvérsia do Planejamento Econômico. Rio de Janeiro. IPEA.